

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência o **Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas atuantes na área de saúde**, visando à **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS E EXAMES DE ESPECIALIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO AMBULATORIAL E HOSPITALAR**, a serem realizados nas estruturas físicas dos próprios credenciados, para atender à Secretaria Municipal de Saúde de Brejo do Cruz/PB. Este credenciamento será realizado na forma do **Art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 (mercados fluidos)**, onde a escolha do credenciado será realizada pelo próprio paciente, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e no Edital de Chamamento Público.

Tabela de Serviços e Valores Estimados:

COD	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONSULTAS NEUROLOGISTA	UND	250	R\$ 267,67	R\$ 66.917,50
2	CONSULTAS NEUROPEDIATRA	UND	600	R\$ 276,00	R\$ 165.600,00
3	CONSULTAS VASCULAR	UND	250	R\$ 245,80	R\$ 61.450,00
4	CONSULTAS PSIQUIATRA	UND	200	R\$ 252,60	R\$ 50.520,00
5	CONSULTAS HEPATOLOGISTA	UND	120	R\$ 242,64	R\$ 29.116,80
6	CONSULTAS PNEUMOLOGISTA	UND	240	R\$ 227,00	R\$ 54.480,00
7	CONSULTAS REUMATOLOGISTA	UND	150	R\$ 252,26	R\$ 37.839,00
8	CONSULTAS ALERGOLOGISTA	UND	150	R\$ 233,00	R\$ 34.950,00

COD	DISCRIMINAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	CONSULTAS NEFROLOGISTA	UND	240	R\$ 316,03	R\$ 75.847,20
10	CONSULTAS CABEÇA E PESCOÇO	UND	100	R\$ 253,88	R\$ 25.388,00
11	CONSULTAS GASTROENTEROLOGISTA	UND	240	R\$ 361,07	R\$ 86.656,80
12	CONSULTAS UROLOGISTA	UND	960	R\$ 247,67	R\$ 237.763,20
13	CONSULTAS DE PEQUENAS CIRURGIAS	UND	480	R\$ 205,46	R\$ 98.620,80
14	CONSULTAS GERIATRA	UND	480	R\$ 217,00	R\$ 104.160,00
15	CONSULTAS OTORRINOLARINGOLOGISTA	UND	960	R\$ 172,60	R\$ 165.756,00
TOTAL					R\$ 1.295.005,30 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cinco reais e trinta centavos)

1.2 Os serviços objeto do presente Termo de Referência estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho.

1.3 Os serviços acima elencados são classificados como comuns, pois possuem especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura do instrumento contratual, sendo admitida sua prorrogação por igual período.



1.5 O instrumento contratual a ser celebrado oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 A prestação dos serviços acima descritos será parcelada, de forma intrínseca, entre os diversos credenciados, conforme a escolha do paciente e a disponibilidade dos prestadores, e nos locais de prestação do serviço descritos neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e a descrição dos serviços encontram-se baseadas no Estudo Técnico Preliminar, contido na fase interna deste processo de contratação, que é parte integrante deste Termo de Referência.

2.2 A contratação é indispensável para o cumprimento das obrigações impostas ao Município em face do direito à saúde, constitucionalmente assegurado, e da responsabilidade solidária entre os entes públicos de resguardar esse direito, permitindo o atendimento de consultas e exames especializados aos usuários do SUS e a continuidade do serviço público. Esta demanda, embora contínua, não estava integralmente planejada para o exercício vigente no Plano de Contratações Anual (PCA) municipal, devido ao agravamento inesperado do desfalque de profissionais e da necessidade de atendimento em diversas especialidades.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA PRESENTE CONTRATAÇÃO

3.1 A saúde é direito de todos e dever do Estado, conforme Art. 196 da Constituição Federal, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

3.2 A Lei nº 8.080/1990, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), tem como um de seus princípios e diretrizes a integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema. Ainda, um dos objetivos do SUS é a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.



3.3 O quadro de servidores do município de Brejo do Cruz/PB apresenta desfalque de profissionais médicos especialistas em variadas áreas, o que tem sido um problema recorrente que prejudica diretamente o atendimento à população.

3.4 Diante do cenário exposto, a necessidade é fundamentadamente indispensável para o cumprimento das obrigações impostas ao Município em face do direito à saúde, constitucionalmente assegurado, e da responsabilidade solidária entre os entes públicos de resguardar esse direito, permitindo o atendimento de consultas médicas e exames especializados aos usuários do SUS e a continuidade do serviço público.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 A descrição da solução como um todo, incluindo a análise das alternativas e a justificativa técnica e econômica para a escolha do credenciamento, encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos de contratação:

5.2. Cumprir com as demandas regulamentares solicitadas pela Ouvidoria do SUS, em atenção especial ao art. 5º da Constituição Federal e à Lei Federal nº 12.527/2011 que regula o acesso a informações.

5.3. Seguir os critérios regidos pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a fim de manter o sigilo das informações do paciente.

5.4. Prestar os serviços através dos profissionais do estabelecimento credenciado.

5.5. O CREDENCIADO não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

5.6. É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do objeto deste edital, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município ou para o Ministério da Saúde.



5.7. Receber agentes fiscalizadores da Secretaria Municipal de Saúde, a qualquer tempo, durante a execução do Termo de Credenciamento, os quais verificarão se a prestação dos serviços está de acordo com o avençado e se atendem ao interesse público.

5.8. Executar os serviços objeto do presente credenciamento, nos prazos fixados e de acordo com a proposta apresentada pelo CREDENCIADO e com o presente Edital.

5.9. Prestar informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo MUNICÍPIO.

5.10. Responsabilizar-se por qualquer acidente ou dano causado a terceiros, durante a prestação dos serviços objeto do presente certame.

5.11. Manter durante todo prazo de vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação compatíveis com a obrigação assumida.

5.12. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

5.13. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO.

5.14. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do MUNICÍPIO.

5.15. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

5.16. Assumir ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste credenciamento.

5.17. **Local de Prestação de Serviços:** Os serviços de consultas e exames especializados deverão ser realizados em estabelecimentos localizados no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km (cinquenta quilômetros) da sede do Município de Brejo do Cruz/PB para o Estado do Rio Grande do Norte.

5.18. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CRM – Conselho Regional de Medicina), em plena validade nos casos de pessoa jurídica.

5.19. Registro do profissional no (CRM – Conselho Regional de Medicina), em plena validade nos casos de pessoa física.

5.20. O credenciado deverá apresentar comprovante de Título de Especialista (RQE – Registro de Qualificação de Especialista) na área pleiteada, emitido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou por Sociedades de Especialidade Médica reconhecidas, conforme resolução do CFM.

5.21. O credenciado deverá possuir capacidade de realizar os procedimentos e atender aos padrões técnicos de cada especialidade, em conformidade com as boas práticas médicas e as normativas do SUS.

6. DA DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS E SELEÇÃO PELO PACIENTE

6.1. Durante o Período de vigência do Edital, os interessados poderão encaminhar seus documentos para análise, exclusivamente via sistema.

6.1.1. Após a análise dos documentos recebidos, em caso de atendimento a todas as exigências do edital e anexos, o interessado será homologado e passará a integrar a lista de credenciados aptos a prestar os serviços.

6.1.2. **A seleção do credenciado para a prestação do serviço será realizada pelo próprio paciente**, a quem será apresentada a lista de todos os profissionais e estabelecimentos credenciados que atendam à especialidade e localização desejadas, dentro dos limites geográficos estabelecidos.

6.1.3. A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará a lista de credenciados, com as informações necessárias para a escolha do paciente, e organizará o transporte para a condução dos pacientes aos locais de atendimento selecionados, dentro dos limites geográficos definidos.

6.1.4. O credenciado que, no momento da escolha pelo paciente, não estiver com a documentação de habilitação regular, não poderá ser selecionado para a prestação do serviço até a sua regularização.

6.1.5. O credenciado que se declarar impedido de atender a demanda escolhida pelo paciente deverá apresentar justificativa fundamentada de seu impedimento à Secretaria Municipal de Saúde em até 2 (dois) dias úteis.

6.1.6. O resultado dos credenciados homologados e a forma de seleção pelo paciente serão divulgados no Diário Oficial e nos canais oficiais do Município.

6.2. Da Subcontratação

6.2.1. Na presente Contratação NÃO será admitida subcontratação.

6.3. Da Garantia da Contratação

6.3.1. NÃO haverá exigência da garantia da contratação.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Execução dos Serviços

7.1.1. O prazo para início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço ou encaminhamento do paciente.

7.1.2. Os serviços deverão ser executados nas instalações do CREDENCIADO, em endereço localizado no Estado da Paraíba e/ou em um raio de até 50 km (cinquenta quilômetros) da sede da Secretaria Municipal de Saúde de Brejo do Cruz/PB.

7.1.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/prestados novamente no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

8.9. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.12. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.12.1. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12.2. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

8.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. DO CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação dos serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.3. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente bancária de titularidade do Contratado.

9.4. As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Contratante, devendo constar ainda número do credenciamento, item do serviço e validade dos produtos (se aplicável), para fins de rastreabilidade.

9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo: EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga. $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $I = (TX) / 365$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.6. A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

9.6.1. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

9.6.2. A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CREDENCIADO

10.1. O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento auxiliar de CREDENCIAMENTO, conforme Art. 79, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, onde a escolha final será realizada pelo próprio paciente a partir da lista de credenciados aptos.

10.2. Exigências de Habilitação

10.2.1. PESSOA FÍSICA:

10.2.1.1. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG);

10.2.1.2. Comprovante de residência;

10.2.1.3. Regularidade perante a Fazenda Estadual;

10.2.1.4. Regularidade perante a Fazenda Federal;

10.2.1.5. Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;

10.2.1.6. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);

10.2.1.7. Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) em plena validade;

10.2.1.8. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução, de forma satisfatória, de serviços correlatos.

10.2.1.9. Comprovante de Título de Especialista (RQE – Registro de Qualificação de Especialista) na área pleiteada, emitido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou por Sociedades de Especialidade Médica reconhecidas, conforme resolução do CFM.

10.2.1.10. Declaração de que possui estrutura física adequada para a prestação dos serviços de consultas e/ou exames especializados, localizada no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB.

10.2.2. PESSOA JURÍDICA (HABILITAÇÃO JURÍDICA):

10.2.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: www.portaldoempreendedor.gov.br;

10.2.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

10.2.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

10.2.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

10.2.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.2.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.2.9. **Comprovante de Título de Especialista (RQE – Registro de Qualificação de Especialista) dos profissionais médicos que prestarão os serviços, emitido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou por Sociedades de Especialidade Médica reconhecidas, conforme resolução do CFM.** 10.2.2.10. **Declaração de que possui estrutura física adequada para a prestação dos serviços de consultas e/ou exames especializados, localizada no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB.**

10.2.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

10.2.3.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.2.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

10.2.3.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

10.2.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

10.2.3.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.2.3.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.2.3.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.2.3.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a

convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.2.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

10.2.4.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

10.2.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.5.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.2.5.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CRM – Conselho Regional de Medicina), em plena validade.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação será de R\$ 1.295.005,30 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cinco reais e trinta centavos), conforme custos apostos na tabela do item 1.1.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da Contratante:

12.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. Comunicar ao Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado, através de comissão/servidor especialmente designado;



12.1.5. Efetuar o pagamento ao Credenciado no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.1.7. Disponibilizar e gerenciar o transporte dos pacientes do Município de Brejo do Cruz/PB até os estabelecimentos dos credenciados, dentro dos limites geográficos estabelecidos, garantindo a logística necessária para o acesso aos serviços.

12.1.8. Manter atualizada a lista de credenciados e disponibilizá-la aos pacientes para que possam exercer sua prerrogativa de escolha, conforme o modelo de credenciamento em mercados fluidos.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

13.1. O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

13.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

13.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com avarias ou defeitos;

13.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do atendimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

13.7. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração ou acordados com o paciente;

13.8. Realizar a implantação do que é descrito no objeto.

13.9. Mediante suspensão do contrato de qualquer natureza, bem como ao término do mesmo, o CREDENCIADO deverá disponibilizar à CONTRATANTE todos os registros referentes ao objeto desse contrato, concluídos até aquela data.

13.10. Responsabilizar-se por quaisquer outras despesas relacionadas com o objeto contratual, sem ônus adicional para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ/PB.

13.11. O credenciado deverá, ainda: 13.11.1. Manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

13.11.2. Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos solicitados pela credenciante, bem como atender prontamente as reclamações/observações/críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionada com a execução do presente Contrato;

13.11.3. Cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato, sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo os mesmos observarem os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensados aos servidores e cargos em comissão;

13.11.4. Usar mão de obra qualificada, habilitada e treinada para as funções a serem cumpridas, devidamente identificadas com uniforme e crachá do CREDENCIADO na realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, de modo a garantir a boa qualidade de sua execução;

13.11.5. Reportar-se ao fiscal do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

13.11.6. Substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela CONTRATANTE;

13.11.7. Emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados;



13.11.8. Assumir a responsabilidade direta do objeto deste contrato.

13.11.9. Responsabilizar-se pela alimentação e hospedagem de seus profissionais, caso necessário.

13.11.10. Manter em vigência durante a contratação, todas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

13.11.11. O credenciado responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

13.11.12. Garantir que os serviços de consultas e exames especializados sejam prestados em suas instalações, localizadas no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB, conforme declarado na habilitação.

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do orçamento estimado.

14.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CREDENCIADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o CREDENCIADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O credenciado que incorrer em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

16.2. A dotação orçamentária será informada pela Secretaria Municipal de Finanças.

Brejo do Cruz-PB, 14 de outubro de 2025.

CATARINA MOANGELA TARGINO

Coordenadora de Saúde